



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Maracanaú

1ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371.8616, Maracanaú-CE - E-mail: maracanaui1civel@tjce.jus.br

## SENTENÇA

Processo nº: **0204897-19.2022.8.06.0117**  
 Classe: **Procedimento Comum Cível**  
 Assunto: **Fornecimento de medicamentos**  
 Requerente: **Valmir de Oliveira**  
 Requerido: **Procuradoria Geral do Município de Maracanaú**  
**Procuradoria Geral do Município de Maracanaú**

### Visto em Inspeção.

Cuida-se, na espécie, de **Ação Ordinária de Obrigação de Fazer**, tendo como parte autora **Valmir de Oliveira**, rep. por sua enteada, Ana Patrícia Alves Palhano, e como requerido o **Município de Maracanaú**.

Como fundamentação ensejadora, alega, em síntese, que: *a)* o autor, idoso, é portador de Afecção (CID 10: C10) CEC de faringe; *b)* ele apresenta dificuldade para se alimentar pela via oral e precisa de nutrição enteral; *c)* o requerente apresenta necessidade nutricional de 1645 Kcal por dia e precisa receber dieta enteral líquida, dividida em seis etapas; *d)* ele necessita, urgentemente, de: Nutrision Energy 1.5 (*42 litros por mês*) ou Isosource 1.2 (*54 litros por mês*) ou Nutri Enteral Soya 1.2 (*54 litros por mês*); frascos para dieta enteral (*180 unidades por mês*), equipos (*30 unidades por mês*), seringa de 20ml (*30 unidades por mês*); *e)* o promovente necessita de nutrição enteral para satisfazer suas necessidades calóricas e nutricionais; *f)* devido ao elevado montante das despesas, o autor e sua família não possuem condições de arcar com os insumos, por terem o custo elevado.

Em razão disso, postula, em sede de tutela antecipada, seja a parte requerida compelida a fornecer a alimentação e os insumos ao requerente e, ao final, julgado procedente o pedido.

Com a inicial, vieram os documentos de fls. 19/32.

A tutela restou deferida às fls. 33/35.

Às fls. 50/59, a parte demandada apresentou contestação, alegando que deve existir tratamento isonômico entre os pacientes e que a parte autora pretende tratamento privilegiado à custa de recursos públicos. Asseverou que há necessidade de gerenciamento dos recursos e, sendo assim, é preciso que se observe o princípio da reserva do possível, notadamente no que diz respeito à listagem de medicamentos e tratamentos que devem ser



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Maracanaú

1ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371.8616, Maracanaú-CE - E-mail: maracanaui1civel@tjce.jus.br

fornecidos pelo Sistema Único de Saúde.

É o relatório. Decido.

Impõe-se, *in casu*, o julgamento antecipado da lide, com fundamento no artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, porquanto versa sobre matéria de direito, inexistindo controvérsia fática.

Consoante o art. 196 da Constituição da República, o direito à saúde efetiva-se (I) pela implantação de políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doenças e (II) pelo acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, assegurada prioridade para as atividades preventivas. O serviço público de saúde está sujeito a apenas um regime jurídico descentralizado no qual as ações e as atividades são repartidas entre os entes da Federação, vejamos:

*Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

Convém aclarar que a Constituição da República de 1988, determina que é competência comum dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) cuidar da saúde, conforme art. 23, inciso II da magna carta, vejamos:

*Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:  
(...)  
II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;*

O direito à vida, em sua acepção mais larga, por sua vez está assegurado no caput do art. 5º do mesmo Estatuto Magnó, o qual determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do **DIREITO À VIDA**, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (...) (grifo acrescido)

Postas essas informações iniciais, no que se refere ao mérito, vale observar que é incontroverso nos autos, **por ausência de impugnação específica**, que a parte autora é portadora de Afecção (CID 10 C10) (CEC de Orofaringe) e necessita de alimentação enteral para satisfazer suas necessidades calóricas e nutricionais.

Vislumbra-se ainda pelas provas acostadas elementos que autorizam a procedência do pedido, pois presentes estão a comprovação de que a parte autora apresenta necessidade nutricional de 1.645 kcal por dia, devendo ser alimentada por meio de suporte

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Maracanaú

1ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371.8616, Maracanaú-CE - E-mail: maracanaui1civel@tjce.jus.br

nutricional enteral líquido, em 6 etapas por dia, para sua efetiva nutrição e garantia da vida, visto a impossibilidade de utilização da via oral (disfagia grave), com risco de desnutrição caso o tratamento não seja realizado, consoante documentos de fls. 24 e 25.

Levando-se em consideração, portanto, o grau da enfermidade que acomete a parte autora e, dentro dos parâmetros da razoabilidade e da dignidade da pessoa humana, a procedência do pedido inicial, com a confirmação da tutela antecipada já concedida é medida que se impõe.

Convém ressaltar que a situação em tela não configura privilégio da parte em detrimento do todo, mas trata-se somente de uma situação diferenciada, aplicando-se no caso real o princípio da isonomia. Sendo assim, a decisão não se dá em razão da pessoa, mas em função do quadro clínico da paciente, configurado na necessidade de medida urgente.

Ponha-se em realce que no laudo nutricional é afirmado de forma clara que o requerente possui risco de desnutrição e piora do quadro clínico.

Ainda, encontra-se demonstrado nos autos que o requerente e seus familiares não possuem recursos financeiros para aquisição dos produtos, cabendo, por conseguinte, ao Município o fornecimento destes.

Sobre o assunto, já decidiu o Supremo Tribunal Federal:

*O recebimento de medicamentos pelo Estado é direito fundamental, podendo o requerente pleiteá-los de qualquer um dos entes federativos, desde que demonstrada sua necessidade e a impossibilidade de custeá-los com recursos próprios. Isto por que, uma vez satisfeitos tais requisitos, o ente federativo deve se pautar no espírito de solidariedade para conferir efetividade ao direito garantido pela Constituição, e não criar entraves jurídicos para postergar a devida prestação jurisdicional. (RE 607381 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 31/05/2011, DJe-116 DIVULG 16-06-2011 PUBLIC 17-06-2011 EMENT VOL-02546-01 PP-00209 RTJ VOL-00218-01 PP-00589)*

Logo, sendo a parte demandante pessoa privada de recursos, deve o Município fornecer tratamento similar na rede pública de saúde, ou propiciar-lhe os meios que o coloquem em situação de igualdade àquele que pode desembolsar a quantia para a aquisição dos produtos e da medicação.

A omissão no executar as medidas tendentes a efetivar os direitos fundamentais constitui uma ofensa à Constituição Federal, inexistindo, na espécie, qualquer justificativa para o não atuar do Município de Maracanaú, sob o fundamento de que, na situação trazida à baila, deve ser observada a chamada *cláusula da reserva do possível*.

Contudo, ao lado desse princípio, que realmente merece observância, há outro princípio a ser também observado, por se tratar de direito fundamental prestacional, que é o

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Maracanaú

1ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371.8616, Maracanaú-CE - E-mail: maracanaui1civel@tjce.jus.br

princípio da proibição da não-suficiência.

Não se despreza que o Estado Social não pode ser compelido a garantir um padrão ótimo de bem-estar social, todavia, deve efetivar condições para uma existência com dignidade, sob pena de, assim não o fazendo, transformar a Constituição Federal em uma verdadeira plataforma política, despida de qualquer juridicidade.

Conforme explica PAULO GILBERTO COGO LEIVAS: “a proibição da não-suficiência exige que o legislador [e também o administrador], se está obrigado a uma ação, não deixe de alcançar limites mínimos.”

Por tais razões, a obrigação de fazer de fornecimento dos insumos é medida necessária, impondo-se o acolhimento do pedido inicial.

Deve, pois, o Município de Maracanaú fornecer ao promovente, de forma imediata e contínua, Nutrision Energy 1.5 (*42 litros por mês*) ou Isosource 1.2 (*54 litros por mês*) ou Nutri Enteral Soya 1.2 (*54 litros por mês*); frascos para dieta enteral (*180 unidades por mês*), equipos (*30 unidades por mês*), seringa de 20ml (*30 unidades por mês*), de forma a atender o laudo do nutricionista que acompanham a parte autora.

Do exposto, **RESOLVO O PROCESSO COM MÉRITO (CPC, ART. 487, I)**, para julgar procedente o pedido formulado pela parte requerente, confirmando, na oportunidade, a tutela antecipada concedida às fls. 33/35.

Em virtude da sucumbência, condeno a parte ré ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor dado à causa.

Sem custas.

Decorrido o prazo para interposição de recurso voluntário pelas partes, **encaminhem-se estes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará**, observando-se, assim, o **duplo grau de jurisdição obrigatório**.

Publique-se. Intimem-se.

Maracanaú/CE, 09 de setembro de 2022.

**Andrea Pimenta Freitas Pinto**

Juiza de Direito